

# Demonstrações Financeiras

Sicredi Evolução - CNPJ: 35.571.249/0001-31

## BALANÇO PATRIMONIAL SINTÉTICO

Em milhares de Reais

ATIVO		NOTAS	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		NOTAS	31/12/2020	31/12/2019
<b>ATIVO</b>			<b>2.069.574</b>	<b>1.662.193</b>	<b>PASSIVO</b>			<b>1.608.817</b>	<b>1.234.068</b>
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	16.823	15.138	DEPÓSITOS	(Nota 11)	1.509.188	1.156.307		
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.018.411	1.635.863	Depósitos à vista		304.405	199.542		
Aplicações interfinanceiros de liquidez	(Nota 05)	126.798	110.483	Depósitos a prazo		1.204.783	956.765		
Centralização financeira	(Nota 04)	724.007	545.041	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		12.361	1.308		
Relações interfinanceiras ativas		-	476	Relações interfinanceiras	(Nota 12)	12.014	264		
Operações de crédito	(Nota 06)	1.102.731	917.166	Outros passivos financeiros	(Nota 13)	347	1.044		
Outros ativos financeiros	(Nota 07)	64.875	62.697	PROV. P/ RISCOS CÍVEIS, TRIBUT. E TRABALHISTAS	(Nota 14)	30.180	31.822		
PROV. P/ PERDAS ESPER. ASSOC. AO RISCO DE CRÉD.	(Nota 06)	(58.445)	(73.395)	OUTROS PASSIVOS	(Nota 15)	57.088	44.631		
OUTROS ATIVOS	(Nota 08)	13.934	11.853	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 16)	460.757	428.125		
INVESTIMENTOS	(Nota 09)	44.961	41.857	CAPITAL SOCIAL		341.899	331.272		
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 10)	33.569	30.837	RESERVAS DE SOBRAS		78.560	60.137		
INTANGÍVEL	(Nota 10)	321	40	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		40.298	36.716		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>			<b>2.069.574</b>	<b>1.662.193</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.069.574</b>	<b>1.662.193</b>	

Paulo Valério Nóbrega F. de Melo  
Diretor Executivo

João Alfredo Falcão da Cunha Lima  
Diretor de Operações

Felipe Gurgel de Araújo  
Diretor de Negócios

Eduardo Netto Sarubbi  
CRC: RS-060899/O-8 - CPF: 694.157.650-20

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Sicredi Evolução - CNPJ: 35.571.249/0001-31

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Em milhares de Reais

	01/07/2020 a 31/12/2020 Não Auditado	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	41.891	66.805	66.805
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	41.891	66.805	66.805

Paulo Valério Nóbrega F. de Melo  
Diretor Executivo

João Alfredo Falcão da Cunha Lima  
Diretor de Operações

Felipe Gurgel de Araújo  
Diretor de Negócios

Eduardo Netto Sarubbi  
CRC: RS-060899/O-8 - CPF: 694.157.650-20

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**

Em milhares de Reais

Descrição das contas		01/07/2020 a 31/12/2020 <small>Não Auditado</small>	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>73.824</b>	<b>148.807</b>	<b>135.273</b>
Operações de crédito	(Nota 06)	72.499	145.056	132.398
Resultado títulos e valores mobiliários		1.325	3.751	2.875
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(10.986)</b>	<b>(40.763)</b>	<b>(49.239)</b>
Operações de captação no mercado		(11.839)	(28.632)	(42.353)
Operações de empréstimos e repasses		(196)	(218)	-
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(Nota 06)	1.049	(11.913)	(6.886)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>62.838</b>	<b>108.044</b>	<b>86.034</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESP. OPER.</b>		<b>(16.558)</b>	<b>(35.876)</b>	<b>(15.426)</b>
Ingressos e receitas de prestação de serviços		6.965	12.176	6.913
Rendas de tarifas bancárias		3.779	7.157	5.021
Dispêndios e despesas de pessoal	(Nota 19)	(17.603)	(33.664)	(25.800)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(Nota 20)	(13.888)	(25.818)	(17.531)
Dispêndios e despesas tributárias		(99)	(265)	(323)
Outros ingressos e receitas operacionais	(Nota 21)	16.415	23.030	37.510
Outros dispêndios e despesas operacionais	(Nota 22)	(12.127)	(18.492)	(21.216)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>46.280</b>	<b>72.168</b>	<b>70.608</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>		<b>(2.814)</b>	<b>(2.686)</b>	<b>(70)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIB. SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>43.466</b>	<b>69.482</b>	<b>70.538</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>23</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Provisão para Imposto de Renda		11	-	-
Provisão para Contribuição Social		12	-	-
<b>PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS</b>		<b>(1.598)</b>	<b>(2.677)</b>	<b>(2.085)</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>		<b>41.891</b>	<b>66.805</b>	<b>68.453</b>

Paulo Valério Nóbrega F. de Melo  
Diretor ExecutivoJoão Alfredo Falcão da Cunha Lima  
Diretor de OperaçõesFelipe Gurgel de Araújo  
Diretor de NegóciosEduardo Netto Sarubbi  
CRC: RS-060899/O-8 - CPF: 694.157.650-20

# DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhares de Reais

	01/07/2020 a 31/12/2020 <small>Não Auditado</small>	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO</b>	<b>21.673</b>	<b>49.661</b>	<b>69.340</b>
Resultado do semestre/exercício	41.891	66.805	68.453
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>(20.218)</b>	<b>(17.144)</b>	<b>887</b>
(Reversão) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(17.306)	(14.950)	(3.088)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	-	(127)	100
Depreciação e amortização	1.315	2.414	1.571
Baixas do ativo permanente	4	39	22
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(1.353)	(1.642)	4.904
Destinações ao FATES	(2.878)	(2.878)	(2.622)
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>41.928</b>	<b>170.855</b>	<b>(94.449)</b>
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(2.666)	(16.315)	(110.483)
Redução em relações interfinanceiras ativas	6.808	476	475
(Aumento) em operações de crédito	(143.588)	(185.565)	(141.980)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(6)	11.750	(1.638)
(Aumento) em outros ativos financeiros	(8.489)	(2.178)	(14.121)
(Aumento) em outros ativos	(698)	(1.954)	(1.799)
Aumento em depósitos	179.695	352.881	163.377
(Redução) Aumento em passivos financeiros	(372)	(697)	591
Absorção de dispêndios pelo FATES	(417)	(1.498)	(1.249)
Aumento em outros passivos	11.661	13.955	12.378
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)</b>	<b>63.601</b>	<b>220.516</b>	<b>(25.109)</b>
Aquisição de investimentos	(2.134)	(3.104)	(2.917)
Aquisição de imobilizado de uso	(2.848)	(5.132)	(5.929)
Aplicações no intangível	(253)	(334)	1
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)</b>	<b>(5.235)</b>	<b>(8.570)</b>	<b>(8.845)</b>
Integralização de capital	18.104	41.634	48.644
Baixa de capital	(14.160)	(31.007)	(23.913)
Juros ao capital próprio	(9.237)	(9.237)	(16.002)
Distribuição de Sobras	-	(32.685)	(33.052)
Destinações para reservas	3.480	-	2.072
Caixa proveniente de incorporação	-	-	103.798
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)</b>	<b>(1.813)</b>	<b>(31.295)</b>	<b>81.547</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>56.553</b>	<b>180.651</b>	<b>47.593</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	684.277	560.179	512.586
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	740.830	740.830	560.179

Paulo Valério Nóbrega F. de Melo  
Diretor Executivo

João Alfredo Falcão da Cunha Lima  
Diretor de Operações

Felipe Gurgel de Araújo  
Diretor de Negócios

Eduardo Netto Sarubbi  
CRC: RS-060899/O-8 - CPF: 694.157.650-20

# DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de Reais

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
<b>Saldos no início do período em 01/01/2019 (Não auditado)</b>	<b>264.215</b>	<b>53.011</b>	<b>33.052</b>	<b>350.278</b>
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(32.382)	(32.382)
Destinações para reservas	-	2.072	-	2.072
Destinação para Fundo Social	-	-	(331)	(331)
Outras destinações	-	-	(339)	(339)
Saldo de incorporação	42.326	4.566	(12.625)	34.267
Capital de associados				
Aumento de capital	48.644	-	-	48.644
Baixas de capital	(23.913)	-	-	(23.913)
Reversões de reservas	-	(12.625)	12.625	-
Resultado do período	-	-	68.453	68.453
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(2.622)	(2.622)
Juros sobre o capital próprio	-	-	(16.002)	(16.002)
Reserva legal - Estatutária	-	13.113	(13.113)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2019</b>	<b>331.272</b>	<b>60.137</b>	<b>36.716</b>	<b>428.125</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>67.057</b>	<b>7.126</b>	<b>3.664</b>	<b>77.847</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2020</b>	<b>331.272</b>	<b>60.137</b>	<b>36.716</b>	<b>428.125</b>
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(32.041)	(32.041)
Destinações para reservas	-	4.031	(4.031)	-
Destinação para Fundo Social	-	-	(551)	(551)
Outras destinações	-	-	(93)	(93)
Capital de associados				
Aumento de capital	41.634	-	-	41.634
Baixas de capital	(31.007)	-	-	(31.007)
Resultado do período	-	-	66.805	66.805
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(2.878)	(2.878)
Juros sobre o capital próprio	-	-	(9.237)	(9.237)
Reserva legal - Estatutária	-	14.392	(14.392)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2020</b>	<b>341.899</b>	<b>78.560</b>	<b>40.298</b>	<b>460.757</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>10.627</b>	<b>18.423</b>	<b>3.582</b>	<b>32.632</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)</b>	<b>337.955</b>	<b>60.688</b>	<b>24.914</b>	<b>423.557</b>
Destinação resultado exercício anterior				
Destinações para reservas	-	3.480	-	3.480
Capital de associados				
Aumento de capital	18.104	-	-	18.104
Baixas de capital	(14.160)	-	-	(14.160)
Resultado do período	-	-	41.891	41.891
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(2.878)	(2.878)
Juros sobre o capital próprio	-	-	(9.237)	(9.237)
Reserva legal - Estatutária	-	14.392	(14.392)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2020</b>	<b>341.899</b>	<b>78.560</b>	<b>40.298</b>	<b>460.757</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>3.944</b>	<b>17.872</b>	<b>15.384</b>	<b>37.200</b>

Paulo Valério Nóbrega F. de Melo  
Diretor Executivo

João Alfredo Falcão da Cunha Lima  
Diretor de Operações

Felipe Gurgel de Araújo  
Diretor de Negócios

Eduardo Netto Sarubbi  
CRC: RS-060899/O-8 - CPF: 694.157.650-20

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE REAIS)

## NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Evolução ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 26/04/1993 e sede situada na Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 410, na cidade de João Pessoa - Paraíba. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 20 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

"A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança)."

## NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 09 de fevereiro de 2021.

## NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

### a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

### b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

### c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

### d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

### e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

### f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

### g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

## h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

## i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

## j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

## k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

## l) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro-rata dia.

## m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

## n) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada a 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

## o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

## p) Principais julgamentos e estimativas contábeis

"Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:"

"I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 06."

"II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, fiscal, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognóstico de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 14."

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que uma ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

## q) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).





## NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	418	1.498	1.248
Recuperação de encargos e despesas	394	945	510
Ingressos depósitos intercooperativos	7.029	15.783	29.517
Reversão de provisões operacionais	6.837	1.680	3.605
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	5	13	38
Reversão de provisões para passivos contingentes	91	193	48
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	697	697	-
Outras rendas operacionais	944	2.221	2.544
<b>Total</b>	<b>16.415</b>	<b>23.030</b>	<b>37.510</b>

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

## NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	4.790	4.954	122
Contribuições Cooperativistas	71	143	138
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	171	513	456
Contribuição Confederação Sicredi	2.871	5.332	2.369
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	868	1.711	1.768
Encargos da administração financeira	1	3	155
Repasse Administradora de Cartões	-	83	156
Provisões para garantias financeiras prestadas	9	36	9
Provisões para passivos contingentes	206	307	105
Outras provisões operacionais	629	1.139	802
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	1.330	2.004	686
Risco operacional	264	504	174
Outras despesas operacionais	917	1.763	14.276
<b>Total</b>	<b>12.127</b>	<b>18.492</b>	<b>21.216</b>

## NOTA 23 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
<b>Resultado antes das destinações</b>	<b>41.891</b>	<b>66.805</b>	<b>68.453</b>
Eventos não recorrentes	-	-	-
<b>Resultado recorrente</b>	<b>41.891</b>	<b>66.805</b>	<b>68.453</b>

## NOTA 24 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	3.846	2.464
<b>Total</b>	<b>3.846</b>	<b>2.464</b>

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

## NOTA 25 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

### I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

### II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
  - Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
  - Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
  - Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
  - Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
  - Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
  - Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.
- Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

### III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

### IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

### V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

### VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

### VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos".

### NOTA 26 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	454.988	423.607
Nível I (NI)	454.988	423.607
Capital principal - CP	454.988	423.607
Capital social	341.899	331.272
Reservas de capital	78.560	60.137
Lucros acumulados	40.298	36.716
Ajustes Prudenciais	(5.769)	(4.518)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.290.889	1.061.807
Margem de Capital	319.445	295.732
Índice de Basileia (PR / RWA)	35,25%	39,89%
Situação de Imobilização (Imob)	33.569	30.837
Índice de Imobilização (Imob / PR)	7,38%	7,28%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

### NOTA 27 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.





## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Evolução - Sicredi Evolução e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

João Pessoa / PB,  
12 de fevereiro de 2021.

  
Marcel Martins Marques

  
José Gomes Batista

  
Adelina Stela V. Batista Souto

### Sicredi Evolução

CNPJ: 35.571.249/0001-31 - Inscrição Estadual: Isenta  
Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 410 - Torre  
CEP 58040-140 - João Pessoa - PB  
Fone: (83) 2107.3600 sicredi.com.br/evolucao

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Administradores e Associados da  
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Evolução  
João Pessoa/PB

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Evolução ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Evolução em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 do BACEN.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 10 de fevereiro de 2021

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP015199/O-6

  
Américo F. Ferreira Neto  
Contador CRC-15P192685/O-9

